



**ATA 1813ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**

1 Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às nove horas e quarenta
2 minutos, realizou-se a milésima octingentésima décima terceira reunião Plenária
3 Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua
4 Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 21 conselheiras(os), sendo
5 essas(es) efetivas(os) e suplentes, a seguir indicadas(os): Adriana Eiko Matsumoto,
6 Aristeu Bertelli da Silva, Elisa Zaneratto Rosa, Graça Maria de Carvalho Camara,
7 Guilherme Luz Fenerich, Janaína Leslão Garcia, Luís Fernando de Oliveira Saraiva,
8 Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria Ermínia Ciliberti, Marília Capponi, Alacir Villa Valle
9 Cruces, Bruno Simões Gonçalves, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Gustavo de Lima
10 Bernardes Sales, Livia Gonsalves Toledo, Maria das Graças Mazarin de Araújo,
11 Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Sposito,
12 Sergio Augusto Garcia Junior e Silvio Yasui. Também esteve presente o gestor da
13 Subsede do Grande ABC, Reginaldo Branco da Silva, conforme lista de presença
14 anexa que é parte integrante desta ata. **ORDEM DO DIA: I) JUSTIFICATIVA DE**
15 **AUSÊNCIAS** - Foram consideradas as justificativas de ausência das(os) demais
16 conselheiras(os): Gabriela Gramkow, Ilana Mountian, Joari Aparecido Soares de
17 Carvalho, José Agnaldo Gomes, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Camila de Freitas
18 Teodoro e Jonathas José Salathiel da Silva. A conselheira Ana Maria Falcão de
19 Aragão – está desligada conforme registrado na ata da milésima setingentésima
20 sexagésima terceira Reunião Plenária Ordinária de onze de abril de dois mil e catorze
21 e Ana Paula Porto Noronha, afastada temporariamente, conforme registrado na ata da
22 milésima octingentésima reunião Plenária Ordinária de dezessete de outubro de dois
23 mil e catorze. **II) APROVAÇÃO DAS ATAS 1754ª (21/02/2014), 1763ª e 1764ª (11 e**
24 **12/04/2014), 1776ª e 1777ª (06 e 07/06/2014) e 1782ª (19/07/2014)** – O conselheiro
25 secretário Guilherme Luz Fenerich submeteu à apreciação e aprovação do plenário os
26 registros das sessões plenárias do CRP-06 correspondentes a 1754ª (de 21/02/2014),
27 1763ª e 1764ª (de 11 e 12/04/2014), 1776ª e 1777ª (06 e 07/06/2014) e 1782ª
28 (19/07/2014). Foram indicadas as seguintes modificações: Na Ata 1754, de 21 de
29 fevereiro de 2014, na linha 110, onde consta o encaminhamento do item “2.3
30 Representatividade do GT PCCS”; nas linhas 185, 186 e 187 que traz os
31 encaminhamentos do item “2.4 Plano de Cargos e Salários do PCCS”; na linha 223,
32 onde consta o encaminhamento para o item “2.6 Progressão na Carreira”. Na Ata
33 1763, de 11 de abril de 2014, na linha 86, que versa sobre o “Relatório de Processos e
34 Representações Éticas”; e, na linha 150, no ponto sobre “Eleição do Fórum sobre
35 Medicalização e Sociedade”. Na Ata 1777, de 07 de junho de 2014, nas linhas 103 e
36 146 sobre a “APAF - Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças”.
37 Duas outras atas que foram encaminhadas essa semana não constam na pauta da



38 plenária, pois ainda não houve tempo para o plenário realizar a leitura para revisão.
39 Guilherme Luz Fenerich informa o plenário que todas as Atas deverão ser assinadas
40 por todos, inclusive as Plenárias Éticas. **Encaminhamento:** Consideradas as
41 modificações assinaladas, o plenário homologou as atas das reuniões plenárias
42 ordinárias 1754^a (21/02/2014), 1763^a (11/04/2014), 1764^a (12/04/2014), 1776^a
43 (06/06/2014), 1777^a (07/06/2014) e 1782^a (19/07/2014). As atas deverão ser
44 assinadas por todos os presentes na plenária a que a Ata se refere e as assinaturas
45 deverão ser feitas em caneta azul. **III) INFORMES – 3.1) Financeiro** – A conselheira
46 vice-presidente, Adriana Eiko Matsumoto, informa ao plenário: saldo em banco: R\$
47 15.259.321,00 (quinze milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e vinte e
48 um reais); arrecadação: 75% do previsto para o ano de 2014 – 21.625.928,00 (vinte e
49 um milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, novecentos e vinte e oito reais). Houve
50 5.372 novas inscrições; 749 reativações e 2391 cancelamentos. Elisa Zaneratto Rosa
51 pondera que 25% de inadimplência é um índice superior à média histórica para o CRP
52 SP. Questiona se há alguma hipótese para o crescimento da inadimplência do CRP.
53 Entende que é uma situação que deve ser acompanhada. O gerente geral, Diógenes
54 Pepe, informa que o número de cancelamentos subiu em relação aos anos anteriores.
55 Silvio Yasui pondera que ao aumentar o cancelamento, diminui-se a arrecadação, logo
56 não é contabilizado como inadimplência. Graça Camara aponta que as conciliações,
57 na gestão anterior, foram importantes para a diminuição da inadimplência e cita que as
58 orientações que tem sido dadas, caso o psicólogo não esteja atuando, é pelo
59 cancelamento, o que pode ter contribuído para o número expressivo. O plenário faz
60 considerações de que há vários CRs que tem se queixado a respeito do aumento da
61 inadimplência, alguns indicando que a inadimplência beirava 50%. **Encaminhamento:**
62 O plenário indica que seja observada e acompanhada a situação da inadimplência,
63 retornando à plenária, caso haja novo aumento. **3.2) Resolução de Mala Direta** –
64 Guilherme Luz Fenerich comenta que este ano o CRP SP sofreu um processo em
65 decorrência para que fosse cumprida nossa Resolução. Janaína Leslão Garcia elucida
66 que, como não é questionado aos psicólogos inscritos se podemos encaminhar
67 correspondências por mala direta, então estaríamos agindo ilegalmente. A discussão
68 sobre a Resolução estava pendente para verificar se deveria ser alterada ou
69 revogada. Elisa Rosa esclarece que o que ocorreu foi que o CRP SP parou de
70 conceder mala direta, mas não revogou a Resolução. Guilherme Luz Fenerich
71 completa que no Sistema há um campo para verificar se o psicólogo tem ou não
72 interesse em receber mala direta, podendo optar por receber somente
73 correspondências do CRP ou também de outras entidades. Foi revista, então, a
74 Resolução: atualizando os valores, o número de mala direta em relação ao número de
75 subsedes do CRPSP e a previsão de que o psicólogo possa se manifestar contrário a
76 receber a mala direta, melhoria na tecnologia de transmissão das informações e a
77 responsabilidade pelo sigilo das empresas que manuseiam. Isso foi feito com base em



78 uma Resolução que existe e que estava sendo cumprida, mas entende que a
79 discussão se a Resolução deve ou não ser revogada é uma discussão que o plenário
80 pode realizar, se for de interesse desse coletivo. Regiane Piva questiona quem pode
81 solicitar a compra de mala direta do CRP SP. É esclarecido que toda a categoria pode,
82 mas há alguns critérios éticos e passa por avaliação da Comissão Gestora, da COF,
83 da Diretoria e da COE, que faz um levantamento, inclusive se a pessoa está sendo
84 processada. O entendimento, no entanto é que o fato de a pessoa estar sendo
85 processada ou esteja inadimplente não seja impeditivo para concessão da mala direta.
86 A Resolução prevê, apenas, que o profissional esteja sem débitos em relação à mala
87 direta, para solicitar esse serviço novamente. Maria Ermínia Ciliberti questiona se
88 pode parar essa discussão e retomar, dentre de três meses, para que seja possível
89 estudar melhor o assunto. Entende que não estamos trabalhando com equidade, pois
90 o mailing é passado integralmente para uma entidade da Psicologia, o SinPsi –
91 Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo. Guilherme Luz Fenerich e Elisa
92 Zaneratto Rosa esclarecem que, nesse caso, não é venda de mala direta. A ideia da
93 conselheira Maria Ermínia é repautar o assunto para que tenham tempo para verificar
94 como é feito em outros locais. Propõe que o plenário aprove a nova Resolução, como
95 está e o plenário obtenha mais informações, para que o assunto possa ser repautado
96 em março de 2015. **Encaminhamento:** O plenário aprova a Resolução que institui
97 procedimentos para concessão de Mala Direta. Também a sugestão da conselheira
98 Maria Ermínia Ciliberti, para que seja verificado com outras entidades como tratam a
99 questão da liberação de mala-direta. O assunto deverá retornar à pauta da plenária de
100 março de 2015. **3.3) Lançamento do Caderno Temático “Contra o genocídio da**
101 **população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia”** – Bruno Simões
102 Gonçalves relata ao plenário que o lançamento do Caderno Temário foi realizado no
103 último sábado, dia 29 de novembro. A ação foi realizada pelo Núcleo Questões da
104 Terra, Raça e Etnia. Demandas que têm aparecido e foram reforçadas no evento
105 relacionam-se ao enfrentamento que a(o) psicóloga(o) tem no cotidiano com relação
106 ao atendimento a crianças e adolescentes, às medidas sócios educativas e Fundação
107 Casa. Assim, propõe que o Genocídio da População Negra seja acrescido no escopo
108 da Campanha dos 25 Anos do ECA - Estatuto da Criança e Adolescente. Pondera a
109 respeito do esvaziamento do evento e problemas relacionados à divulgação e a
110 ausência de infraestrutura administrativa no dia da atividade. Há três dias do evento o
111 site saiu do ar e não teve gravação do evento no dia. Relata que tiveram diversos
112 problemas, mas que foi apresentada explicação para todos eles, mas a impressão que
113 deu é que o CRP-SP não havia dado valor a essa atividade. Coloca que uma das
114 características do racismo brasileiro é que sempre existe uma explicação. **IV)**
115 **CARTEIRA DE FISCALIZAÇÃO** – Maria Ermínia Ciliberti pede registro em ata de que
116 a carteira de fiscalização do CRP SP está irregular, sem foto, sendo que carteiras de
117 fiscal com poder de polícia precisam ter foto. Também registra que o nome de fiscal



118 deve ser público. Discorda do atual modelo de carteirinha e solicita que seja
119 regularizada a situação do CRP SP. Elisa Zaneratto Rosa coloca que não é apenas
120 uma questão de registro em Ata, mas também de se pactuar que devem ser alterados
121 os procedimentos para fiscal, tanto no que diz respeito à carteira de identificação,
122 quanto no que diz respeito à publicação dos nomes dos fiscais, observando a
123 legislação em relação a este assunto. Janaína Leslão Garcia defende que a carteira
124 de fiscal para conselheiro tenha validade de três anos, devendo ser devolvida em caso
125 de desligamento. Luiz Eduardo Valiengo Berni informa que na Comissão de
126 Orientação e Fiscalização já vinha sendo discutido um novo formato para essas
127 carteiras. O atual modelo é muito fácil de ser falsificado. Questiona se o assunto pode
128 ser encaminhado pela COF. Maria Ermínia Ciliberti informa que o CRP SP deve fazer
129 Resoluções publicadas em Diário Oficial, podendo ter carteirinhas com validades
130 diferentes. Cita que o Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo - Coren-SP -
131 tem quatro categorias diferentes de carteiras. Segundo a resolução do Coren, há
132 diferenciação de validades para conselheiros, para membros e para fiscais, por
133 exemplo. Pondera que no Serviço Público convencionou-se não fazer carteirinhas com
134 mais de um ano de validade, pois fica difícil controlar, mas como esta autarquia não
135 tem grande número de fiscais, entende que não há problema em estender o prazo.
136 Acrescenta que é importante que aquele que foi fiscalizado possa olhar pela internet e
137 verificar o nome daquelas pessoas que o fiscalizaram. Regiane Aparecida Piva
138 entende que, seguindo a linha da discussão, há diversas fiscalizações que não são tão
139 comuns, mas até de acordo com o Planejamento Estratégico, passarão a ser, como de
140 pessoas que serão pontualmente convidadas a participarem de fiscalizações junto
141 com o CRP. Questiona se, conforme a resolução, se até essas carteirinhas deverão
142 ter foto. Marília Capponi coloca que o processo para realização dessa nova carteira
143 envolve também questões administrativas do CRP, questionando se o departamento
144 que ficará responsável será o Atendimento ou a COF, e se coloca a disposição para
145 contribuir nesse processo para regularização. Encaminhamento: O plenário referenda
146 a criação de um GT composto pelos conselheiros Guilherme Luz Fenerich, como
147 secretário, Luiz Berni e Marília Capponi, pela COF, e Maria Ermínia Ciliberti, como
148 colaboradora. O GT terá a tarefa de, com base na Legislação, fazer a Resolução para
149 carteiras de fiscal e pensar nos procedimentos para regularizar a publicação dos
150 nomes dos fiscais. Também devem ser considerados os casos de convidados
151 ocasionais para as fiscalizações do CRP-SP. O Grupo também deve verificar qual
152 departamento ficará responsável pelos procedimentos atinentes à carteira de
153 identificação dos fiscais. **V) APAF – ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS**
154 **ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS** – Alacir Villa Valle Cruces questiona se será
155 dada continuidade acerca da pauta da APAF de dezembro de 2014. A conselheira
156 presidenta coloca que no seu entendimento a discussão sobre os pontos de pauta da
157 APAF havia sido encerrada durante a 1812ª Plenária Ordinária, ocorrida na noite



158 anterior e esclarece que o foco da discussão foi a conjuntura do Sistema Conselhos,
159 cabendo discussões específicas sobre pontos pautados na APAF apenas se avaliada
160 sua necessidade, verificando com a conselheira se era este o caso. **VI) 25 ANOS DO**
161 **ECA (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)** – Gustavo Sales começa a
162 relatar sobre a questão dos direitos da criança e do adolescente, que houve mudança
163 de legislação mas não houve uma mudança de paradigmas, cultural e, efetivamente,
164 não encontramos mudanças no que diz respeito à garantia de direitos de crianças e
165 adolescentes. Temos ainda as marcas do quanto esses direitos são aviltados, por
166 exemplo, na subnotificação de violências, na dificuldade de acesso à escola, na
167 qualidade dessas escolas. Uma pauta que tem chegado bastante ao conselho, seja
168 por denúncia ou por orientações que os profissionais vem pedindo, tem relação com
169 as medidas sócio-educativas. Isso tem sido recorrente nas reuniões do Núcleo de
170 Criança e Adolescente. Para a APAF, o Núcleo discutiu três pontos: Redução da
171 maioria penal, Escuta Especial e medida sócio-educativa. Para cada um desses
172 pontos, pensou-se em encaminhamentos. Sobre a redução da maioria penal, cita
173 que em breve deve ocorrer um plebiscito sobre o assunto e, se ocorrer de fato, a
174 redução da maioria seria votada com ampla vantagem. Assim, precisamos pensar
175 em como vamos nos posicionar e, atrelado à discussão da redução da maioria
176 penal, está a discussão sobre o aumento do tempo de internação, que tornou o debate
177 mais difícil de ser enfrentado, pois do ponto de vista popular, tem grande apelo. Soma-
178 se a isso as críticas ao sistema prisional, pois há um modelo que já não está
179 funcionando e é complicado trazer ele para idades inferiores. O que o Núcleo discutiu,
180 nesse sentido, foi a proposta para a campanha dos 25 anos do ECA, mas, em uma
181 parte da discussão, considerou-se que estávamos focando muito nesse tema, assim,
182 pensou-se para a campanha em uma proposta de focar mais na promoção dos
183 direitos. Entretanto, isso levou para outro gargalo, quando discutimos Fundação Casa.
184 Muita gente fala que há experiências com a Fundação Casa que têm sido
185 interessantes. Essas propostas que se pode dizer que violam menos direitos estão
186 atreladas a ONGs que executam gestão compartilhada. Junto a isso, temos a
187 aprovação da privatização da gestão completa das unidades, somente a parte de
188 segurança ficando sob responsabilidade do Estado. O que o Núcleo tirou como
189 proposta é a questão da redução da maioria penal subsidiar bases para que a
190 gente se aproxime de movimentos sociais que lidem com esse tema e realizar debate
191 eficiente com a sociedade e não somente com a categoria, e, no caso das unidades
192 da Fundação Casa, articulação com os profissionais, o que já teve início há cerca de
193 quinze dias com as rodas de conversa que ocorreram nas subsedes e na sede sobre o
194 assunto. Para esses eventos, tivemos um problema sério no que diz respeito à
195 divulgação, que foi disparada somente um dia antes do início, e houve também
196 problema com o material que já havia sido produzido (Carta Criminalização da Infância
197 e da Adolescência). Foi solicitada reimpressão em setembro, mas que só ficou pronta



198 às vésperas do evento. Como os Correios estavam em greve, elas não foram
199 enviadas para as subseções. Algumas foram encaminhadas para o CBP – Congresso
200 Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão e o restante está parado no Almoarifado. O
201 Núcleo tem discutido meios de distribuir essas cartas, tendo em vista o contexto atual
202 da temática. A articulação com os profissionais que atuam na Fundação Casa, que era
203 o objetivo principal desses encontros, está sendo feita. Ribeirão Preto sugeriu uma
204 reunião seguinte, Campinas fará em janeiro e aqui em São Paulo está sendo pensada
205 essa nova Reunião para a segunda semana de março. Quanto às outras subseções, o
206 núcleo ainda não teve retorno. São José do Rio Preto e Assis não realizaram o evento,
207 mas pretendem realizar quando as articulações estiverem ocorrendo com as demais
208 subseções, no início do próximo ano. Marília Capponi coloca que ficou pensando no
209 mote da campanha. Entende que há uma demanda da sociedade que é a discussão
210 sobre a forma como tratamos os jovens. Conta que na quinta-feira, em Sorocaba,
211 realizam fiscalização em unidade que tinha 23 adolescentes homens e mais 20 vagas
212 femininas, que não estavam todas ocupadas. Todas as internações são compulsórias
213 e involuntárias. O Poder Judiciário determina internação por tempo indeterminado da
214 criança e do jovem, com vaga regulada pelo Governo do Estado, pelas DRSs, com
215 justificativas legais para esses internos não saírem. Há também as crianças que desde
216 pequenas tomam remédio o dia todo, ou apanham o dia todo. Pensando nisso,
217 entende que o mote deve ser no sentido de como estamos cuidando das nossas
218 crianças e adolescentes. Propõe que esse pensamento seja o estruturante para a
219 campanha, que não seja apenas um tema, mas algo mais amplo: violência do Estado,
220 genocídio da população. Adriana Eiko lembra que foi aprovada em Planejamento
221 Estratégico a macro-ação “Realizar campanha pelos 25 anos do ECA e de defesa da
222 garantia dos direitos da criança e adolescente”, com três metas: 1) Ter realizado ao
223 menos 10 fóruns de debates, sendo um em cada subseção, com ênfase na redução da
224 idade penal, patologização e encarceramento da infância e adolescência; 2) Ter
225 realizado seminário de atualização das referências profissionais, com prioridade na
226 garantia do direito à convivência familiar e comunitária; 3) Ter realizado ao menos 04
227 ações (audiências públicas, atos, etc.) em parceria com os movimentos sociais e
228 sistema de garantia de direitos. Lembra essa macro-ação porque entende que tem
229 relação com a estruturação da campanha, ou seja, quais serão as estratégias ou
230 ações que iremos elencar como interessantes para indicar ao Núcleo para já
231 incorporar no processo que vamos realizar para apresentar nas plenárias de fevereiro,
232 especificando a operacionalização das macro-ações. Bruno Simões cita a realização
233 do lançamento do Caderno Temático. Coloca que uma questão que tem aparecido
234 constantemente é a violência com os jovens e os problemas que as(os) psicólogas(os)
235 que trabalham com medidas socioeducativas têm enfrentado em seu cotidiano. A
236 partir disso, pensou-se em reunir aqui profissionais que lidam com essa questão, logo
237 após aparecendo também a necessidade de juntar aqueles que trabalham em



238 Fundação Casa. Regiane Piva, sobre as questões de medidas sócio-educativas,
239 entende que os Núcleos devem conversar para poderem tocar a pauta, que está pelo
240 PE, para o Núcleo de Criança e Adolescente e então, se algum Núcleo também tem
241 ideias para movimentar a pauta, deve conversar, para evitar serem realizadas ações
242 paralelas sem diálogo. Desde a gestão passada, o diálogo com os profissionais da
243 Fundação Casa tem sempre um tom de denúncia desses profissionais acerca das
244 práticas que tentaram implementar, mas que não conseguem. Maria Ermínia Ciliberti
245 coloca que é necessário que se pense na razão de psicólogas(os) por
246 crianças/adolescentes no Estado. Entende ser necessário pensar em como ter
247 inserção política para militar as causas da gestão. Propõe que se pense na dimensão
248 subjetiva da infância para a campanha dos 25 anos do ECA. Então vamos falar tanto
249 sobre a criança da classe média, com as questões de consumo, como da dimensão
250 subjetiva da Fundação Casa, e sugere que se pense em algum nome famoso para
251 ajudar na campanha, sugerindo os nomes de Lídia Brondi e Marisa Orth. Sugere como
252 método de trabalho para a Campanha um evento interno de Comissões e Núcleos,
253 pois entende que todos devem trabalhar com a temática da infância e o papel do NCA
254 é de coordenar os demais. Exemplifica: COF terá que produzir orientações para
255 psicólogas(os) que trabalhem com as questões de criança e adolescente, a Comissão
256 de Políticas Públicas deve garantir material do CRP a todos os Conselhos Tutelares
257 do estado, encaminhar carta a todos prefeitos do estado e outra carta para todos os
258 deputados. O Núcleo Questões da Terra, Raça e Etnia pode pensar sob a ótica da
259 criança em aldeias indígenas. Sugere também um Vídeo Clube especial sobre o tema
260 e propõe que a campanha tenha uma marca. Sugere que a atividade dos 25 anos do
261 ECA seja lúdica: realizada em parques, oficina de brinquedos. Entende que deve ter
262 uma grande instalação nos moldes das cruzes que foram feitas e colocadas no
263 Planalto Central, e sugere a colocada de uma escultura de uma criança no rio Tietê ou
264 em uma gaiola. Elisa Zaneratto Rosa coloca que o plenário está considerando que o
265 mote seja no sentido de o que fazemos com as crianças e jovens como indicativo para
266 o NCA para pensar em algo que sensibilize para o tema. É necessário que os esforços
267 estejam voltados para realizar campanha como uma ação do campo da infância, que
268 não seja somente para a categoria, mas para a Psicologia dentro de uma Rede. Tem a
269 impressão, participando de alguns debates, que o CRP está ficando muito isolado em
270 alguns temas que vem sendo discutidos e que têm interface com diversos campos.
271 Informa ao plenário que o Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo
272 procurou o CRP para realizar parcerias e o CRP colocou que o campo da infância era
273 um tema que entendíamos como prioritário e que poderia ser trabalhado em conjunto.
274 Nesse sentido, foram realizadas reuniões com o CRESS, onde vários núcleos foram
275 chamados para pensar quais seriam as ações. Entende que o CRESS é somente o
276 começo, deve-se pensar também no CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do
277 Adolescente e Condeca – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do



278 Adolescente. Entende que as ações pensadas para a Campanha devem ser feitas em
279 conjunto ou o CRP permanecerá isolado e esvaziado. Coloca que o esvaziamento dos
280 eventos tem relação com diversos fatores, inclusive a realização de ações
281 isoladamente, e não em parceria com o campo organizado daquela área. Concorda
282 que sejam verificadas práticas exitosas e entende que tem interface com o Projeto
283 Psicologia Todo Dia em Todo Lugar, de fazer caravanas, filmar práticas dos
284 profissionais. Coloca que há duas questões que atravessaram as discussões: 1) a
285 dificuldade de organização dos eventos, que será remetida para um outro ponto de
286 pauta, que é a gestão administrativa do CRP SP e, 2) em relação à questão racial,
287 solicita que o núcleo QTRE dê continuidade a realização de oficinas sobre a questão
288 do racismo institucional, que já está aprovada a mais de um ano. A Diretoria se reuniu
289 com o Núcleo e o encaminhamento era de que o Núcleo destacasse um grupo que
290 desse conta de realizar essas oficinas. Pensamos em fazer as oficinas de forma
291 descentralizada, nas subsedes, ficando pendente somente a definição do grupo para
292 organizá-las. Guilherme Luz Fenerich coloca que o evento proposto pela Maria
293 Ermínia Ciliberti, foi um dos pontos que o grupo discutiu nas reuniões preparatórias
294 para a reunião com o CRESS e entende que deve ser uma ação que envolva todos os
295 Núcleos ou, ao menos, todos os núcleos que têm interface. O Videoclube do primeiro
296 semestre já está programado para isso e propõe que o Jornal do meio do ano também
297 possa ter esse tema, tendo relatados os eventos. Cita a aprovação da Lei 13.046/14,
298 que obriga todas as instituições que tenham crianças de saberem notificar, para o
299 Conselho Tutelar, a identificação de maus tratos, sinais de violência contra crianças, o
300 que tem tudo a ver com a Psicologia, pois grande parte dessa identificação é feita
301 através da análise comportamental. Sérgio Garcia retoma o informado pela Marília
302 Capponi acerca da fiscalização realizada em Sorocaba. Sobre as internações, se a
303 família procura diretamente a Comunidade Terapêutica, são instruídos a procurar o
304 juiz, para solicitar a internação compulsória. Há dois tipos de internação: ou para pena
305 alternativa, para crianças envolvidas com tráfico, ou judicializado. Coloca-se à
306 disposição para ajudar a pensar no mote da campanha e a pensar na parte de
307 comunicação. Aristeu Bertelli concorda com a discussão e especialmente, a sugestão
308 de Maria Ermínia sobre o método para fazer a campanha. Só gostaria de pontuar que
309 além de se pensar no macro, nas chaves que podem estruturar a discussão,
310 retomando o que foi feito para os 18 anos do ECA, coloca algumas chaves prioritárias:
311 maioria penal (redução, emancipação, aumento do tempo de internação);
312 medicalização da vida e da sociedade (com destaque para a questão da educação e
313 como isso se insere); práticas da categoria dentro do sistema sócio-educativo (de
314 sanção, de restrição de liberdade); como incidir sobre a eleição unificada nacional dos
315 Conselhos Tutelares, que será em 2015; campanha de publicidade de dados do
316 Funcad. Mirnamar Pagliuso concorda que seja feita campanha levantando os diversos
317 temas, mas não se pode deixar de apontar questões prioritárias, como a Educação,



318 crianças com deficiência e o quanto elas ainda não estão incluídas verdadeiramente.
319 Coloca que as questões das parcerias são fundamentais, para atingir a todos e
320 quando todos são atingidos, isso inclui a Psicologia. Bruno Simões destaca quatro
321 pontos: 1) quando se fala da questão do racismo, o nível de estresse se eleva
322 rapidamente, e pede que o plenário pense sobre como é difícil. É uma temática difícil,
323 pesada. Falamos de assassinato sistemático de crianças; 2) Entende ser central se
324 pensar qual a abordagem que será dada para a campanha. É necessário conversar
325 com a classe média, com a categoria. E, nesse sentido, necessário pensar sobre a
326 pauta da Comunicação e pondera que no momento político atual, o debate com a
327 classe média sobre a redução da maioria penal, por exemplo, é difícil, mas é
328 favorável a esse debate. 3) Sobre as chaves indicadas por Aristeu Bertelli, solicita que
329 uma das chaves seja o racismo estrutural. 4) Sobre o racismo institucional, informa
330 que é um dos eixos previstos para o NQTRE. A informação que teve é que o assunto
331 estava caminhando, a partir da questão posta de descentralização. Concorda que seja
332 realizada conversa entre Núcleos e que, conforme conversou com Gustavo Sales,
333 entende que há um trabalho junto com o Núcleo de Justiça e Criança e Adolescente
334 para trabalhar a questão das medidas sócio-educativas. Marília Capponi coloca que
335 duas crianças ganharam o Prêmio Arthur Bispo do Rosário. Então, tem a arte que elas
336 fizeram (um desenho e uma poesia). Assim, sugere a quem for cuidar da Campanha
337 que veja, para avaliar se interessa. Maria Ermínia Ciliberti, sobre a questão do
338 racismo, pede que o assunto seja pautado. Retomando ao tema dos 25 anos do ECA,
339 pede que todos os Núcleos indiquem as entidades que serão parceiras, para que já
340 possa ser iniciado o contato. Sugere a oficina interna com Núcleos e Comissões seja
341 feita em janeiro e com as entidades em fevereiro. Outra questão é se vamos realizar a
342 parte de comunicação da campanha com os funcionários ou se será contratada
343 agência, e é necessário que isso seja definido com urgência. Luís Saraiva entende
344 que isso dialoga com o Ano Temático. Entende que se pode trabalhar na mesma
345 lógica, com cada núcleo elencando como contribui com a temática. Pontua a
346 importância de se ter diálogo com a classe média, mas entende que esse é um grande
347 desafio. Coloca que o tom não pode ser negativo, deve ser afirmativo sobre quais
348 práticas tem sido exitosas, afirmar a potência do brincar e do cuidado, apresentando a
349 outra face da violação de direitos – o que fazemos para não violar os direitos. Coloca
350 que um lugar que o CRP deve estar para dialogar com as pessoas é a mídia, portanto,
351 buscar inserções midiáticas para falar, por exemplo, do benefício das crianças
352 brincarem. **Síntese dos encaminhamentos:** 1) Formato de Ano Temático – tema
353 transversal para os Núcleos e Comissões; 2) A Campanha é a grande ação do Núcleo
354 de Criança e Adolescente; 3) Trabalhar toda a amplitude do ECA, no sentido de
355 afirmar a garantia de direitos – mote geral; 4) Retomar as metas do PE; 5) Trabalhar
356 em rede, com os diversos atores do campo da infância, para realizar a campanha em
357 parceria com esses atores; 6) reconhecer a interface do tema com os diversos núcleos



358 e comissões do CRP, núcleos trabalhando em conjunto. Sugestão de que seja feita
359 uma oficina interna para trabalhar estas ações. Também realizar junto com os projetos
360 que temos (Videoclube e Psicologia Todo Dia em Todo Lugar); 7) Marco no sentido de
361 discutir referências para a atuação profissional do exercício da Psicologia; 8)
362 Campanha dialogar com as proposições de políticas públicas – diálogo com gestores,
363 relação com Conselhos Tutelares, eleição de conselheiros tutelares; 9) Mobilização
364 para a campanha: necessidade de se falar com toda a sociedade, buscar recursos
365 lúdicos, intervenção na mídia. Sobre a questão se será por recurso interno ou
366 contratação de agência, Elisa Zaneratto Rosa pede que a discussão seja realizada
367 posteriormente, pois a Diretoria e a Gerência têm realizado reuniões com empresas
368 que prestam esse tipo de serviço, que então não seriam somente para essa
369 campanha, mas para diversos trabalhos do CRP SP; 10) Temas-chave: a) redução da
370 maioria penal; b) questão racial; c) medicalização. Todas essas chaves mostrando
371 o Estado com exterminador dos direitos da criança; 11) considerando a importância da
372 ação, pede-se atenção ao valor orçado para a macro-ação respectiva, se o caso,
373 através do incremento desse valor, de modo a possibilitar as ações que serão
374 realizadas. **VII) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO** – Adriana Eiko Matsumoto informa
375 que será encaminhada por e-mail, nesta data, orientações para a continuidade do
376 planejamento das ações do PE, retomando o que havia sido combinado ao final do
377 Planejamento Estratégico de 2015. Cada nomeado como responsável pela macro-
378 ação será referência para que os Núcleos e Comissões possam operacionalizar as
379 ações dentro dessa macro-ação. Um exemplo é o que o plenário acaba de realizar em
380 relação à Campanha dos 25 anos do ECA. A conselheira informa que o material será
381 encaminhado nesta mesma data, considerando que na próxima semana já terão
382 núcleos e comissões que se reunirão e já podem considerar esse documento para
383 começarem a organizar as ações. Lembra que a distribuição orçamentária será
384 feita por Macro-ação. Sugere que o responsável por cada macro-ação possa
385 identificar formas de diálogo com os núcleos e coletivos, que pode ser através de
386 reuniões, lembrando dos recursos disponíveis no CRP de videoconferência e
387 reuniões telefônicas. Pensando no que é factível, estabeleceu-se a seguinte agenda:
388 até final de janeiro, os núcleos e comissões devem ter realizado diálogo com o
389 responsável por cada macro-ação para que este possa apresentar nas sessões
390 plenárias de fevereiro a operacionalização de todas as macro-ações. Nessas
391 orientações, a Diretoria pensou em alguns princípios que foram elencados no
392 Planejamento Estratégico: a) importância das parcerias na construção do
393 Planejamento – chamar coletivos externos ao CRP SP; b) o formato de realizar
394 eventos nem sempre é o que responde para que se consiga atingir a meta, existem
395 outras formas de ações que o CRP SP precisa experimentar, o que não impede a
396 realização de eventos; c) realizar ações internúcleos e intercomissões; d) o
397 Planejamento Estratégico construído apresenta as macro-ações e metas para cada



398 macro-ação, essas metas devem ser sempre referenciadas, pois as metas foram
399 priorizadas e é importante que se olhe para essas priorizações ao pensar na
400 operacionalização das ações; e e) poderá haver remanejamento das estratégias
401 definidas dentro de cada macro ação, inclusive no plano orçamentário - desde que
402 justificado. Elisa Zaneratto Rosa destaca que as macro-ações têm definidos os
403 responsáveis e é esse responsável quem deverá coordenar o processo de
404 detalhamento dessas macro-ações e, portanto, articular com os demais núcleos que
405 estão envolvidos com o tema, para realizar a discussão do detalhamento das ações.
406 Lembra, ainda, que as Subsedes também estarão realizando esse detalhamento
407 para cada região. Comenta também sobre o PPA que o Conselho Federal de
408 Psicologia realizou e sugere que o CRP SP também faça algo nesse sentido, para ser
409 encaminhado junto com o Jornal Psi, para aumentar a transparência e para ter um
410 Planejamento que a categoria conheça e consiga identificar o que está sendo proposto
411 pelo Conselho. Seria como um *folder* que apresente os Eixos e as Macro-ações. Esse
412 material deverá estar disponível no *site*, mas propõe que também seja impresso para
413 ser enviado junto com o Jornal e, nesse caso, seria necessário verificar se sairia no
414 Jornal que será encaminhado em dezembro ou junto com o que será enviado em
415 janeiro, sobre o IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. Retoma outra
416 discussão que ocorreu no Planejamento Estratégico sobre os vários colaboradores do
417 CRP SP, integrantes de Núcleos e Comissões, onde foi indicado que ocorresse
418 encontro ampliado com esse coletivo de colaboradores, o que nos aproximará e
419 tornará a gestão mais participativa. Esses colaboradores poderão se ver trabalhando
420 mais para o Conselho como um todo e não somente para um fragmento do CRP.
421 Seria uma oportunidade também para apresentar o Planejamento das macro-ações e
422 entende que é necessário que se pense em uma metodologia para fazer a integração
423 deste grupo na ocasião e também para apresentação das ações específicas dessas
424 macro-ações. Para realizar essa atividade, pensou-se em utilizar o primeiro Fórum de
425 Gestores do ano, que ocorrerá nos dias 06 e 07 de março. A atividade deverá ocorrer
426 fora do CRP-SP, pois não há espaço na sede para comportar o número de
427 participantes. Assim, a Diretoria propõe a criação de uma Comissão Organizadora
428 para o Encontro. Maria Ermínia Ciliberti pede que seja realizada correção de uma
429 meta, antes da publicação das macro-ações para a categoria, pois pondera que uma
430 das metas estabelecidas durante o Planejamento Estratégico foge a governabilidade
431 do CRP SP, pois é vinculada ao Conselho Federal. Questiona também se a pauta do
432 Fórum também trará a questão do Controle Social. A mesa diretoria explica que o
433 tema do Controle social ficará para o próximo encontro. Elisa Zaneratto Rosa
434 esclarece que é importante a realização desses encontros ampliados, para que haja
435 mais integração da gestão com os colaboradores. Pondera que próximo ano antecede
436 o Congresso Nacional da Psicologia e que essas atividades serão importantes para
437 mobilizar a categoria para essa ocasião. **Encaminhamento:** Referendam-se os



438 nomes de Luiz Eduardo Valiengo Berni, Sandra Elena Sposito e um membro da
439 Diretoria, para comporem a Comissão Organizadora do Fórum de Gestores Ampliado
440 sobre Planejamento Estratégico. Também referendam os nomes que comporão a
441 organização do Fórum de Gestores Ampliado sobre Controle Social, que ocorrerá em
442 29 e 30 de maio de 2015: Maria Ermínia Ciliberti, Aristeu Bertelli da Silva, Dário
443 Henrique Teófilo Schezzi e Adriana Eiko Matsumoto representando a Diretoria. **VIII)**
444 **DEFINIÇÃO DE CALENDÁRIO DE REUNIÕES 1º SEMESTRE DE 2015** – A mesa
445 diretora apresentou a proposta de agenda de reuniões e eventos para o período de
446 janeiro a julho do ano de 2015, contendo datas de Reuniões Plenárias, Fóruns de
447 Gestores e demais atividades, a fim de que fosse apreciada pelo plenário e alterada,
448 de acordo com a conveniência do grupo. **Encaminhamento:** O calendário suscitado
449 foi sancionado do período de janeiro a junho pelos conselheiros, que apresentaram
450 sugestões de alteração que foram aprovadas, ficando concluído conforme segue: a)
451 Reuniões Plenárias: Janeiro: Plenárias Éticas - 23, 24 e 29/01, Plenária de Julgamento
452 Ético - 30/01, Plenárias Ordinárias - 30 e 31/01; Fevereiro: Plenárias de Julgamento
453 Ético – 06 e 27/02, Plenárias Éticas (12 e 26/02), Plenárias Ordinárias - 27 e 28/02,
454 Oficina sobre a Campanha de 25 anos do ECA – 24/02; Março: Plenárias de
455 Julgamento Ético – 06 e 20/03, Plenárias Éticas – 19 e 28/03, Plenárias Ordinárias -
456 20 e 21/03, Fórum de Gestores ampliado – 06 e 07/03, Seminário de Políticas
457 Públicas: 23 a 27/03, Seminário 1: Psicologia, Religião e Laicidade – 27 e 28/03; Abril:
458 Plenárias Éticas – 09 e 25/04, Plenária de Julgamento Ético – 10 e 24/04, Plenárias
459 Ordinárias – 10 e 11/04, Assembleia Geral - 23/04; Mai: Plenárias Éticas – 07 e
460 16/05, Plenária de Julgamento Ético – 08 e 29/05, Plenárias Ordinárias - 08 e 09/05;
461 Fórum de Gestores ampliado – 29 e 30/05; Junho: Plenária de Julgamento Ético –
462 12/06, Plenárias Éticas – 13 e 18/06, Plenárias Ordinárias - 19 e 20/06, Seminário 2:
463 Psicologia, Religião e Laicidade: 12 e 13/06; Julho: Plenária Ética – 02/07, Plenária de
464 Julgamento Ético – 03 e 31/07 e Plenárias Ordinárias - 03 e 04/07. Também ficou
465 definida a data para realização da primeira Plenária Ética do mês de Agosto: 01/08.
466 **IX) RECOMPOSIÇÕES DE COMISSÕES GESTORAS – 9.1) Subsede da Baixada**
467 **Santista** – Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso apresenta ao plenário a proposta de
468 inclusão de Mary Ueta (CRP 06/ 64673) como membro da Comissão Gestora da
469 Subsede da Baixada Santista. **Encaminhamento:** O plenário referenda o nome
470 indicado para compor a Comissão Gestora da subsede, enquanto membro. **9.2)**
471 **Subsede de Ribeirão Preto** – O conselheiro Dario Henrique Teófilo Schezzi indica a
472 exclusão de Thaisa Belloube Borin (06/69065) da Comissão Gestora da Subsede de
473 Ribeirão Preto. Informa que ainda não tem sugestão de nome para substituir Thaisa
474 Belloube Borin, enquanto membro da Comissão Gestora da Subsede.
475 **Encaminhamento:** O plenário referenda a exclusão de Thaisa Belloube Borin da
476 Comissão Gestora da Subsede de Ribeirão Preto. **9.3) Subsede do Grande ABC** –
477 Indica-se a exclusão de Edson Moretti Junior (108964) e a inclusão de Talita Ribeiro



478 da Silva (06/100749), enquanto colaboradores da Comissão Gestora da Subsede do
479 Grande ABC. **Encaminhamento:** O plenário aprova a alteração indicada de
480 colaboradores da Subsede. **X) RECOMPOSIÇÕES DOS NÚCLEOS, COMISSÕES E**
481 **GTs - 10.1) Núcleo de Álcool, Drogas e Medicalização** - Marília Capponi informa a
482 exclusão do membro do Núcleo, Rodrigo Alencar (06/96185), que não poderá mais
483 continuar contribuindo com as atividades do grupo. Também indica a inclusão de
484 Maria Angélica de Castro Comis (06/74876). **10.2) Núcleo de Sexualidade e Gênero**
485 – Lívia Gonsalves Toledo informa sobre João Renato Ciabattari Pagnano (06/84508),
486 indicação de Assis, para compor, enquanto membro o Núcleo de Sexualidade e
487 Gênero. **Encaminhamento:** O plenário concorda com a indicação. **10.3) Núcleo**
488 **Mundo do Trabalho** – Sandra Elena Sposito indica a inclusão, como membro, de
489 Juliana Roman dos Santos Oliveira (06/96148). **Encaminhamento:** Acatada a
490 indicação. **XI) FÓRUM DOS CONSELHOS ATIVIDADE FIM DA SAÚDE** – Maria
491 Ermínia Ciliberti comenta que a tarefa assumida pelo CRP SP de coordenar o Fórum
492 dos Conselhos Atividade Fim da Saúde é uma muito trabalhosa. Frisa que durante
493 seis anos, no CRP SP, defendeu que o CRP não assumisse esse lugar. No início do
494 ano, Moacyr Bertolino Miniussi Neto assumiu a coordenação desse Fórum e
495 ocorreram diversos problemas. Coloca que não há um plano político do Conselho para
496 o FCAFS, o que dificulta o trabalho. Cita a fala de Elisa Zaneratto Rosa, na posse da
497 coordenação, apresentava um rumo político e entende que é em cima do que foi dito
498 ali que se deve trabalhar. Solicita que caso haja a transcrição dessa fala, que seja
499 encaminhada para todo mundo. O CRP SP está na coordenação desse espaço que
500 não é homogêneo e, então, é necessário que se tenha um rumo de trabalho. Maria
501 Ermínia Ciliberti era suplente e agora a suplência está vaga e sugere que seja
502 assumida por algum membro da Diretoria, pois aparecem pautas que eram da reunião
503 de presidentes desses conselhos e entende que o Fórum não conseguirá suprir essas
504 demandas, pois estão além do que era proposto para esse espaço, inicialmente.
505 Temos que entender que a nossa posição deve ser de aceitar a diversidade política,
506 pois vamos lidar com representantes de conselhos que defendem pena de morte, por
507 exemplo. Desse modo, questiona como o CRP SP deve se posicionar diante dessas
508 situações. Informa que se posicionou, enquanto CRP SP, de que gostaríamos de
509 priorizar a XV Conferência Nacional de Saúde e então veio o pedido de que cada
510 Conselho, inclusive o CRP SP, encaminhe um tema que entende que deve ser a
511 prioridade dos Conselhos, não somente da Psicologia, para a Conferência. Durante a
512 reunião, chegaram ao entendimento de poderia ser a Atenção Básica em Saúde, a
513 incorporação do multiprofissional. A conselheira entende que a defesa do CRP deve
514 ser de que a(o) psicóloga(o) deve ser inserido dentro das Unidades Básicas de Saúde.
515 O segundo ponto a ser priorizado é o Regime Jurídico Único, que envolve a discussão
516 sobre o papel dos conselhos profissionais, que é inerente a todos e que sempre
517 ressurgiu. A proposta do FCAFS é a realização de um Seminário entre os Conselhos,



518 onde cada um indica nomes para aprofundar o tema. O terceiro ponto é a formação,
519 está tendo mudanças nas leis das diretrizes, nas residências multiprofissionais e,
520 nesse ponto, temos uma lacuna entre o que defendemos nesse GT de Educação do
521 FCAFS, que temos como representante a Teresa Cristina Lara de Moraes, e o que
522 defendemos como CRP SP. Então, as sugestões que Maria Ermínia Ciliberti indicou
523 pelo CRP SP ao FCAFS como prioritárias são: a) a XV Conferência Nacional de
524 Saúde; b) o papel dos conselhos e; c) a Formação. Lembra que o Fórum surgiu para
525 discutir a inserção dos conselhos profissionais em Conselhos, em especial, da Saúde.
526 A conselheira cita que o CRP SP tem tido muitos problemas com nossa representação
527 no Conselho Estadual de Saúde, exemplificando que tem mandado diversos e-mails e
528 não tem tido resposta, cita também, que acompanha esta representação no Conselho
529 Estadual de Saúde, por outro lugar que ocupa, e que o CRP SP foi considerado
530 irresponsável por sua falta na mesa sobre o autismo, quando a nossa representante
531 tinha sido sorteada; foi cientificada também de diversos acordos que foram feitos, mas
532 que não foram cumpridos e comenta que o maior problema foi a ausência injustificada
533 de Teresa Cristina Lara de Moraes na reunião de prestação de contas das Comissões,
534 como membro da Comissão de Saúde Mental, que é um local importante de
535 articulação do CRP SP. Essas ocorrências fragilizam a condução do CRP no Fórum
536 dos Conselhos. Elisa Zaneratto Rosa entende que o problema que o CRP SP vem
537 enfrentando é porque não possui um projeto para a Saúde no Estado de São Paulo.
538 Levanta a possibilidade de realizar uma discussão em plenária, como a realizada para
539 a Campanha dos 25 anos do ECA nesta sessão, para definirmos o nosso projeto para
540 esse campo e como iremos trabalhar. Precisamos entender quais as necessidades
541 desse campo no Estado. Para ela, trata-se de uma área estratégica e temos
542 trabalhado apenas na lógica de responder a demandas que surgem. Fica uma
543 situação complicada, porque não há clareza de quem conduz o assunto, porque, por
544 um lado, Maria Ermínia Ciliberti, precisa estar envolvida, por coordenar o FCAFS e,
545 por outro, o coletivo do Núcleo de Saúde não pode se sentir excluído dessa pauta.
546 Temos que conseguir unir essas duas condições na condução dessa pauta. Assim,
547 pondera se um modo de se trabalhar um plano para estado possa ser através das
548 macro-ações que foram definidas para o Planejamento Estratégico, verificar quais
549 fazem interface com a Saúde e realizar o detalhamento das ações em conjunto.
550 Sugere a realização de reuniões entre a coordenação do FCAFS e o Núcleo de Saúde
551 para discutir as macro-ações e a definição das ações estratégicas para a área. Maria
552 Ermínia Ciliberti coloca que seu entendimento não é que haja um problema com
553 posicionamentos e projetos diferentes, mas sim uma questão de postura, pois assumiu
554 o FCAFS porque havia um problema. Elisa Zaneratto Rosa retoma que não há como
555 discutir nesse espaço posturas pessoais. E reforça a importância de compor os
556 coletivos, de agregar. Comenta sobre a audiência pública sobre o autismo, que teve
557 fala e foi aplaudida, mas na sequência uma pessoa foi a microfone e fez diversas



558 críticas ao CRP SP. Entende que os termos para se discutir com o Núcleo de Saúde
559 devem estar ligados projeto político o CRP vai assumir nessa área. Sugere que seja
560 no Planejamento Estratégico para não perpetuar essa lógica de terem dois grupos
561 trabalhando a mesma pauta, sem articulação. Concorda com os temas elencados por
562 Maria Ermínia Ciliberti como prioritários e, sobre atenção básica, entende que é
563 necessária discussão com nossos parceiros, que discutem o tema há bastante tempo,
564 é uma discussão polêmica. Temos que discutir antes de ter uma posição. Com base
565 nessa discussão, entende que não há como manter a Teresa Cristina Lara de Moraes
566 como representante do CRP SP no Conselho Estadual de Saúde, já foram realizadas
567 reuniões de repactuação e na última reunião de apresentação da Comissão de Saúde
568 Mental do CES, ela, que é coordenadora da comissão, não esteve presente. Essa é
569 uma área estratégica, então, entende que a Diretoria deve chamá-la para nova
570 reunião para informar que não temos mais como mantê-la como nossa representante.
571 Entende que o CRP SP deve ter um nome estratégico para estar no CES. Esse nome
572 deve ser pensado pelo Núcleo de Saúde. Não temos como fazer defesas de nomes na
573 plenária sem ter sido realizada discussão no Núcleo da Saúde. Sobre a suplência no
574 Fórum dos Conselhos, questiona se não seria mais estratégico ter alguém do Núcleo
575 da Saúde, para tentar aproximar as discussões. Precisamos mediar uma estratégia de
576 diálogo entre Maria Ermínia Ciliberti, por estar na coordenação do FCAFS, da
577 Diretoria, por estar acompanhando os problemas que temos tido com representação e
578 Núcleo de Saúde. Propõe que, para o GT Educação do FCAFS, o Silvio Yasui,
579 coordenador do Núcleo de Formação do CRP SP faça uma indicação. Quanto à
580 indicação de nome para o Conselho Estadual de Saúde, informa que a próxima
581 reunião será realizada em 12 de dezembro, que será a última do ano. Maria Ermínia
582 sugere o nome de Arlindo da Silva Lourenço para substituir Teresa Cristina Lara no
583 Conselho Estadual de Saúde até a eleição do Conselho Estadual de Saúde. Quanto
584 ao Fórum dos Conselhos, a reunião de dezembro está cancelada por demanda do
585 próprio Fórum. Informa que tentará participar da reunião do Núcleo de Saúde e coloca
586 que já participou de uma outra reunião do Núcleo de Saúde, mas o Núcleo decidiu
587 trabalhar de outra forma. Como Comissão de Políticas Públicas, apenas pode sugerir.
588 **Encaminhamentos:** Pautar na próxima reunião de Diretoria uma reunião com Teresa
589 Cristina Lara de Moraes para discutir sua representação no Conselho Estadual de
590 Saúde e justificar ausência na última reunião do CES. Identificar, no Planejamento
591 Estratégico, as ações que fazem interface com a temática da Saúde e construir um
592 método de realizar o detalhamento das ações coletivamente. Sobre a indicação do
593 nome de Arlindo da Silva Lourenço, essa indicação deve ser encaminhada ao Núcleo
594 de Saúde, para que avalie e apresente ao plenário o nome que deverá representar o
595 CRP SP no Conselho Estadual de Saúde até a próxima eleição. **XII) COMISSÃO DE**
596 **AValiação de Título de Especialista - CATE – 12.1) Marco Regulatório –**
597 Alacir Villa Valle Cruces informa que está sendo planejado um encontro com



598 coordenadores de cursos de pós-graduação, por conta da questão do Marco
599 Regulatório. Será um momento de orientação a esses professores e coordenadores
600 de cursos de pós, pois identificou-se que há várias dúvidas sobre como ficará a
601 questão dos cursos de especialização por conta do Marco Regulatório. O evento
602 deverá ocorrer ao final de janeiro, por terem o entendimento de que é um momento
603 estratégico de retomada das aulas. Elisa Zaneratto Rosa questiona se, antes de
604 realizar esse evento a respeito do Marco Regulatório, não caberia realizar a discussão
605 interna da plenária sobre esse tema e, assim, sugere que a discussão seja realizada
606 na plenária de janeiro, antes da realização do evento, para apropriação do tema. Alacir
607 Villa Valle Cruces explica não se pensou em realizar esse evento especificamente
608 sobre o Marco Regulatório, mas realizar esse encontro, inclusive para agregar esses
609 profissionais ao Núcleo de Formação. Desse modo, sugere-se que oportunamente se
610 realize evento específico sobre o Marco Regulatório, e pondera-se que há o GT do
611 CFP para tratar sobre o tema, mas que ainda não ocorreram reuniões.
612 Encaminhamento: Realizar o evento suscitado e repautar o assunto do Marco
613 Regulatório em plenária para realizar o debate aprofundado sobre o assunto. **XIII)**
614 **MEDICALIZAÇÃO** - Elisa Zaneratto Rosa relembra o encaminhamento anterior do
615 plenário de que fosse realizada conversa entre núcleos, para avaliar como o tema
616 seria tratado. Marília Capponi cita que dentro do Núcleo Álcool, Drogas e
617 Medicalização (NADM), o assunto foi discutido, sendo o próximo passo discutir entre
618 os Núcleos, que ainda não aconteceu. Desse modo, delibera-se que a conselheira
619 Ilana Mountian, representando o NADM, organize a reunião, chamando os demais
620 núcleos que foram destacados em plenária. **XIV) CONDEPE – CONSELHO**
621 **ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA** - Aristeu Bertelli da
622 Silva informa que na próxima terça-feira, dia 09 de dezembro, no auditório do
623 Ministério Público do Estado de São Paulo, haverá uma audiência pública para discutir
624 a possibilidade de criação do Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura, dia
625 09/12, às 14h. É uma atividade que o CRP vem acompanhando há bastante tempo.
626 Atualmente, há dois grupos trabalhando essa pauta: Condepe - Conselho Estadual de
627 Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e O Conectas Direitos Humanos. Aristeu
628 Bertelli da Silva informa que estará nessa audiência. Nada mais havendo a tratar a
629 senhora conselheira presidenta deu por encerrada a sessão, da qual eu, conselheiro
630 secretário Guilherme Luz Fenerich, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será
631 assinada por todos os presentes. São Paulo, seis de dezembro de dois mil e quatorze.

Adriana Eiko Matsumoto

Alacir Villa Valle Cruces



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

Aristeu Bertelli da Silva

Bruno Simões Gonçalves

Elisa Zaneratto Rosa

Dario Henrique Teófilo Schezzi

Graça Maria de Carvalho Camara

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Guilherme Luz Fenerich

Lívia Gonsalves Toledo

Janaína Leslão Garcia

Maria das Graças Mazarin de Araujo

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Luiz Eduardo Valiengo Berni

Regiane Aparecida Piva

Maria Ermínia Ciliberti

Sandra Elena Sposito

Marília Capponi

Sergio Augusto Garcia Júnior

Silvio Yasui
